

PERCURSOS E PERCALÇOS NA TRAJETÓRIA DA HISTÓRIA DAS MULHERES BRASILEIRAS: BANDEIRAS DE LUTA E MEMORICÍDIO EM PAUTA

Constância Lima Duarteⁱ

RELATO DE EXPERIÊNCIA



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Compartilha Igual 4.0 Internacional

ⁱ Doutora em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Licenciada em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e da UFMG. Professora voluntária e pesquisadora junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras “Estudos Literários e Culturais” da UFMG e Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Mulheres em Letras”, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Tem publicações nas áreas de Literatura de Autoria Feminina e de crítica literária feminista. *E-mail*: constanciaduarte@gmail.com.

Falar da importância do papel da mulher na sociedade de hoje, diante de tantas professoras, mestras e doutoras, pode até parecer contraditório porque há poucas décadas, tudo isso era impensável. Vejam: há apenas 90 anos as mulheres brasileiras começaram a votar. Também foi nessa mesma época que as primeiras – as mais “atrevidas” – “ousaram” se matricular numa escola superior. Digo “atrevidas” e “ousadas” porque tal gesto era impensável e elas romperam a determinação social que dizia que mulheres só deveriam se ocupar da casa, das/os filhas/os e do marido.

Se hoje estamos onde estamos – participando ativamente da sociedade, contribuindo com nosso trabalho nas mais diferentes áreas do conhecimento –, isso se deve ao empenho de algumas centenas de mulheres que nos antecederam, que enfrentaram os preconceitos e mostraram que eram competentes e podiam ocupar os mesmos espaços até então reservados aos homens. Essas pioneiras – nem precisava dizer – eram todas feministas, pois acreditavam na igualdade social, política e jurídica entre mulheres e homens e foram firmes no combate ao patriarcado e na denúncia das diversas violências praticadas contra as mulheres.

Gosto de dizer que a vitória do movimento feminista, surgido no século XIX, é inquestionável quando se constata que suas bandeiras mais radicais se tornaram parte integrante da sociedade como, por exemplo, mulher frequentar universidade, escolher a profissão, candidatar-se a cargos públicos, querer ou não se casar, ter ou não filhos... Tudo isso, que já foi um absurdo sonho utópico, agora faz parte de nosso dia a dia e ninguém imagina um mundo diferente.

Mas se esta foi a vitória do movimento feminista, sua grande derrota, a meu ver, foi ter permitido que um forte preconceito isolasse a palavra e não ter conseguido se impor como motivo de orgulho para a maioria das mulheres. A reação desencadeada pelo antifeminismo foi tão forte e competente que não só promoveu um desgaste semântico do termo como transformou a imagem da feminista em sinônimo de mulher mal amada, machona, feia e, a gota d'água: o oposto de “feminina”. E por receio de serem rejeitadas ou ficarem “mal vistas”, muitas de nossas intelectuais, e as brasileiras de modo geral, passaram enfaticamente a recusar tal título.

Se hoje a nossa história de mulheres não é conhecida e as novas gerações desconhecem os nomes das pioneiras e a luta empreendida por elas, isso se deve à campanha dos antifeministas que insistiam em desacreditar todo discurso que fosse contrário ao que queriam impor. E foi justamente a ausência de nomes femininos na Literatura e na história do país que me levou a estudá-los, movida pelo desejo de tirar ao menos algumas mulheres do esquecimento em que se encontravam.

E à medida que conhecemos o percurso por elas realizado, percebemos como ocorreu cada uma das conquistas e quem foram as protagonistas de cada luta. A primeira bandeira levantada não podia ser outra que a reivindicação do direito básico de aprender a ler e escrever, então reservado apenas ao sexo masculino. As mulheres brasileiras, brancas e da elite econômica, em sua enorme maioria, viviam enclausuradas em antigos preconceitos, imersas numa rígida indigência cultural e bem poucas tiveram acesso ao letramento. Até porque eram raras as professoras e as famílias preferiam mandar as filhas para os conventos, onde deviam ficar aguardando o casamento. E foram aquelas primeiras (e poucas) mulheres que tiveram uma educação diferenciada nos séculos XVIII e XIX que tomaram para si a tarefa de estender as benesses do conhecimento às companheiras e abriram escolas, publicaram livros e enfrentaram a opinião corrente que dizia que mulher não precisava saber ler nem escrever¹.

Nesse momento, quem se destaca é Nísia Floresta Brasileira Augusta: uma das primeiras mulheres no Brasil a romper os limites do espaço privado e a publicar textos em jornais da chamada grande imprensa. Seu primeiro livro, intitulado *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, de 1832 – tradução de um livreto inglês que ela conheceu vertido para o francês – é considerado o primeiro texto no Brasil que exige que as mulheres sejam vistas como seres inteligentes, merecedoras de ter acesso à instrução. O fato de o livro ser uma tradução em nada desmerece o mérito da escritora, pois tanto ela se identificava com aquelas ideias que o tema da Educação estaria presente em outros livros de sua autoria. Cito um pequeno trecho desse livro memorável:

Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós nascemos para seu uso, que não somos próprias senão para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a eles homens (Augusta, 2021, p. 37).

Sei que é difícil imaginar o impacto de tais palavras sendo ditas em 1832, mas o silêncio imposto ao livro e à escritora é revelador do quanto incomodaram.

Na primeira metade do século XIX, tivemos também outras mulheres bradando pelo direito à alfabetização, como Beatriz Francisca de Assis Brandão, Clarinda da Costa Siqueira, Delfina Benigna da Cunha e Ana Eurídice Eufrosina de Barandas – todas ilustres desconhecidas

¹ Uma escritora francesa, de nome Christine de Pisan, escreveu em 1405, no *Livro das três virtudes*, o seguinte: “O primeiro grande ato de rebeldia das mulheres foi o de querer ler; e o segundo, o de aprender a ler. Porque ler é saber”. Vejam que mulher! E que sabedoria! As francesas estavam séculos à nossa frente, diga-se de passagem (Nota da Autora).

e vítimas do *memoricídio*² cultural que pesou sobre a produção intelectual feminina. Essa última, Ana Eurídice, publicou uma peça teatral em 1845 cuja protagonista clamava pelo direito de ter uma opinião, cujos argumentos lembram os apresentados por Nísia Floresta em seu primeiro livro.

Na segunda metade do século, surgiram inúmeros jornais que tinham como público-alvo as mulheres, com o importante detalhe que muitos deles eram feitos por mulheres. Dois títulos: *Jornal das Senhoras*, de Joana Paula Manso de Noronha, de 1852, que no primeiro número expõe o propósito de incentivar as companheiras a buscarem um “melhoramento social e a emancipação moral”, e acusa os homens de egoísmo por considerarem as mulheres apenas como “crianças mimadas” e “bonecas” de sua propriedade, disponíveis ao seu prazer. E *O Belo Sexo*, de 1862, cuja editora, Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, declarava ter uma “crença inabalável na capacidade intelectual da mulher brasileira”.

Obtido o direito à alfabetização, logo surgem mulheres exigindo o acesso ao ensino secundário, incentivando a abertura de mais escolas e do mercado de trabalho, além do direito de votar. Foram muitos os jornais de caráter feminista que surgem então por todo o país. Alguns títulos que gosto muito: *O Sexo Feminino* (1873-1889), dirigido pela incansável Francisca Senhorinha da Mota Diniz, de longa vida e muito sucesso, que alertava que o “grande inimigo” das mulheres era a “ignorância de seus direitos” e que apenas com instrução seria possível “quebrar as cadeias que nos rodeiam”. E *Echo das Damas*, editado por Amélia Carolina da Silva Couto, que circulou no Rio de Janeiro de 1875 a 1885, defendendo a igualdade, o direito à Educação e divulgando as realizações femininas em outros países.

Destaco ainda *O Domingo* e o *Jornal das Damas* que, além de conselhos sobre a vida doméstica, receitas e novidades da moda, traziam artigos defendendo o acesso ao Ensino Superior e ao trabalho remunerado. Como outros periódicos, também esses se empenhavam em convencer as leitoras de seus direitos à propriedade e ao trabalho profissional e divulgavam ideias novíssimas como “a dependência econômica determina a subjugação” e “o progresso do país depende de suas mulheres”.

Dentre tantas jornalistas notáveis, cito a pernambucana Josefina Álvares de Azevedo, editora do jornal *A Família*, que questiona a tutela masculina, a construção ideológica do gênero

² Utilizo-me muito deste termo – tanto em meu discurso na forma de palestras, cursos, minicursos, mesas-redondas, entrevistas e aulas, como em minhas produções acadêmicas – para me referir à obliteração, ao apagamento sistemático e intencional de escritoras da História e da Literatura, do Cânone Literário Brasileiro e da historiografia literária nacional, com o intuito único de silenciá-las, invisibilizando suas produções intelectuais (Nota da Autora).

feminino³ e exige mudanças radicais na sociedade. À frente de seu jornal, que circula de 1888 a 1897, Josefina realiza intenso trabalho de militância feminista, sendo incansável na denúncia da opressão sofrida pelas mulheres, nos protestos pela insensibilidade masculina em não reconhecer o direito da mulher ao Ensino Superior, ao divórcio, ao trabalho remunerado e ao voto. A escritora é ainda autora da peça teatral *O voto feminino*, de 1872, o que faz dela uma das primeiras mulheres a defender o sufrágio e a cidadania entre nós. Durante o ano de 1877, ela viaja por Pernambuco, São Paulo e Bahia fazendo palestras e lançando uma campanha nacional a favor do sufrágio.

São também dessa época as primeiras notícias de brasileiras fazendo cursos universitários no país e no exterior. E a cada nova médica ou nova advogada, a imprensa feminista expressava seu regozijo pela importante vitória. Em contrapartida, a imprensa masculina se empenhava em ridicularizar as doutoras e em insistir que era impossível exercer uma profissão e ainda manter o casamento. A resistência à profissionalização das mulheres das classes alta e média permanecia inalterada, pois esperava-se que elas se dedicassem integralmente ao lar e à família. Apenas as moças pobres estavam liberadas para trabalhar nas fábricas e na prestação de serviços domésticos. Dessa forma, movida por uma mesma força e um mesmo idealismo, essa imprensa de mulheres para mulheres terminou por criar – concretamente – uma legítima rede de apoio mútuo e de intercâmbio intelectual, configurando-se em instrumento indispensável para a conscientização feminina.

Com tudo isso, o século XX inicia com uma movimentação inédita de mulheres mais ou menos organizadas que reivindicavam seu direito ao voto, ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho, pois queriam não apenas ser professoras e enfermeiras, mas também trabalhar no comércio, nas repartições públicas, em hospitais e indústrias. Muitos nomes se destacam; entre eles, o de Bertha Lutz, formada em Biologia pela Sorbonne e que vai se tornar uma das mais expressivas lideranças na campanha pelo voto feminino e pela igualdade de direitos entre mulheres e homens no Brasil. Com outras companheiras, fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que se disseminou em praticamente todos os estados e resistiu por quase 50anos.

Também Maria Lacerda de Moura iniciava sua luta pela “libertação total da mulher”, com a publicação de *Em torno da educação*, em 1918, em que reafirma a instrução como fator indispensável para a mulher transformar sua vida. Formada pela Escola Normal de Barbacena, desde os primeiros escritos, revelou interesse pela luta feminina. Com Bertha Lutz, fundou a

³ Décadas mais tarde, em 1949, no livro *O segundo sexo*, Simone de Beauvoir (1980) afirma acertadamente que “[...] não se nasce mulher, torna-se mulher”, ou seja, que a construção do gênero é cultural (Nota da Autora).

Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que logo deixou para abraçar a causa do operariado. Quando esteve na presidência da Federação Internacional Feminina, propôs a inclusão da disciplina “História da mulher, sua evolução e missão social” no currículo das escolas. Maria Lacerda era adepta do amor livre, a favor da educação sexual e contra a moral vigente. Seu livro *A mulher é uma degenerada?* teve três edições desde 1924, tal a repercussão que alcançou nos meios letrados do país.

E a década de 1920 foi especialmente pródiga na movimentação de mulheres. Além de um feminismo burguês e bem comportado que ocupava a grande imprensa com suas inflamadas reivindicações, havia manifestações de mulheres vinculadas ao movimento anarquista que propunham a emancipação da mulher nos diferentes planos da vida social, a instrução da classe operária e uma sociedade libertária, mas discordavam quanto à necessidade do voto para a mulher. Porque o feminismo sempre foi assim: tem tantas expressões como são as mulheres, podendo ser burguês, proletário, anarquista, socialista, marxista, acadêmico, católico, evangélico, etc. etc. etc.

Lembro rapidamente de algumas personalidades desta época tão contraditória. A primeira é Leolinda Daltro, líder de um grupo de feministas radicais cuja estratégia era ocupar os espaços públicos e chamar a atenção para suas demandas fazendo muito barulho. Outras que também merecem ser lembradas são Ercília Nogueira Cobra, autora de *Virgindade inútil – novela de uma revoltada*, de 1922, obra polêmica que discute a exploração sexual e trabalhista da mulher –, e Diva Nolf Nazário, acadêmica de Direito que publicou, em 1923, o livro *Voto feminino e feminismo*, considerado verdadeiro documento daquele momento histórico.

Em 1927, acontece o que todas desejavam: o governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, se antecipa à União e aprova uma lei em seu estado dando o direito de voto às mulheres, para regozijo nacional das feministas. A terra de Nísia Floresta saía na frente e impunha-se como provocação para as demais províncias. Imediatamente, as mais combativas militantes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em todos os estados ocuparam as tribunas para aclamar a iniciativa e exigir o mesmo direito. É lançado um manifesto à nação, ora chamado de “Manifesto Feminista” ora de “Declaração dos Direitos da Mulher”, assinado por Bertha Lutz, Jerônima Mesquita e Maria Eugênia Celso, entre outras de importantes famílias políticas, como Clotilde de Mello Vianna: a esposa do Vice-Presidente da República. Vejam esse trecho:

As mulheres, assim como os homens, nascem membros livres e independentes da espécie humana, dotados de faculdades equivalentes e igualmente chamados a exercer os seus direitos e deveres individuais; os sexos são interdependentes e devem, um ao

outro, a sua cooperação. [...] Em todos os países e tempos, as leis, preconceitos e costumes tendentes a restringir a mulher, a limitar a sua instrução, a entravar o desenvolvimento das suas aptidões naturais, [...] foram baseados em teorias falsas, produzindo, na vida moderna, intenso desequilíbrio social; a autonomia constitui o direito fundamental de todo indivíduo adulto; a recusa desse direito à mulher é uma injustiça social, legal e econômica que repercute desfavoravelmente na vida da coletividade, retardando o progresso geral; [...] sendo o voto o único meio legítimo de defender os direitos, a vida e a liberdade proclamados inalienáveis pela Declaração da Independência das Democracias Americanas e hoje reconhecidas por todas as nações civilizadas da Terra, à mulher assiste o direito ao título de eleitor (Cardoso, 1981, p. 34).

Mas apesar das passeatas, dos inúmeros artigos nos jornais e de dezenas de conferências públicas, foi preciso esperar ainda alguns anos. Foi possível, inclusive, assistir à eleição da primeira prefeita – Alzira Soriano, em 1929, no município de Lajes, Rio Grande do Norte –, derrotando o adversário, um conhecido coronel da região, com 60% dos votos, tornando-se a primeira mulher prefeita da América do Sul. Apenas em 1932, Getúlio Vargas cede aos apelos e incorpora ao novo Código Eleitoral o direito de voto à mulher, nas mesmas condições que aos homens; e o Brasil passava a ser o quarto país nas Américas – ao lado do Canadá, Estados Unidos e Equador – a conceder o voto às mulheres.

Tudo isso só aconteceu – insisto – porque havia mulheres lutando pelas mudanças. Nada veio gratuitamente. O desconhecimento desses episódios representa uma lacuna em nossa formação e tem, como consequência, além de ignorarmos a nossa própria história (das mulheres), ignorarmos também os nomes das que lutaram por um mundo melhor para nós e para as futuras companheiras.

Comecei dizendo que falar da importância do papel da mulher na sociedade hoje, diante de tantas mestras e doutoras, podia soar contraditório diante dos avanços já obtidos. Mas o problema é que, apesar das inegáveis conquistas, ainda persistem nichos patriarcais de resistência visíveis no salário inferior, na presença desigual de mulheres em assembleias e em cargos de direção e na ancestral violência que continua sendo praticada diariamente contra as mulheres, com a mesma covardia e abuso da força física por todo o Brasil. Somos, inclusive, o quinto país com maior número de feminicídios anuais no mundo. Isso sem esquecer do ônus do trabalho e do cuidado doméstico, o mais invisibilizado que existe, que as mulheres herdaram como obrigação sua e da qual é difícil desvencilhar-se. Enfim, companheiras, a luta continua!

Que mais trabalhos científicos, como os que o presente dossiê congrega, possam vir a lume! Afunilando nosso olhar para as escritoras nordestinas invisibilizadas pelo Cânone Literário Brasileiro e pela historiografia literária, que as que foram ostracizadas em algum momento de suas trajetórias – ou que o foram em todo o percurso que trilharam como literatas – tenham suas biografias, obras e fortunas críticas cada vez mais evidenciadas em estudos

acadêmicos de resgate como os que aqui ilustram, fazendo jus à contribuição de cada uma delas junto ao nosso patrimônio imaterial na forma de Literatura, na forma de arte com as palavras.

É por Alba Valdez, Alina Paim, Ana Nogueira Batista, Auta de Souza, Emília Freitas, Francisca Clotilde, Heloneida Studart, Henriqueta Galeno, Irene Dias Cavalcanti, Lúcia Martins, Margarida Sabóia de Carvalho, Maria Amélia de Queirós Sodré da Mata, Maria Firmina dos Reis, Maria Ignez Sabino Pinho Maia, Natércia Campos, Raquel de Queiroz, Ruth Brito Lemos Terra e Regine Limaverde – honradas merecidamente neste dossiê da Revista LiteralMENTE, que com tanto respeito as traz à luz, evidenciando seus **percursos e percalços**.

É por **todas** elas! É por **todas** nós! É por **todas** as companheiras que virão! **Sigamos!!!**

REFERÊNCIAS

AUGUSTA, N. F. B. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. Estudo e notas de Constância Lima Duarte. Ilustração: Nireuda Bongobardi. Natal: Sertão das Letras Offset, 2021.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CARDOSO, I. *Os tempos dramáticos da mulher brasileira*. Coleção História Popular. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, 1981.

DUARTE, C. L. *Imprensa feminina e feminista no Brasil*. Dicionário ilustrado. Sec. XIX. Volume I. Belo Horizonte: Autêntica, 2016 (2018; 2023).

DUARTE, C. L. *Imprensa feminina e feminista no Brasil*. Dicionário ilustrado. Sec. XX, 1900-1949. Volume II. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

DUARTE, C. L. *Memorial do memoricídio* – Escritoras brasileiras esquecidas pela história. Belo Horizonte: Editora Luas, 2022.

PISAN, C. de. *O Livro das Três Vertudes, a Insinância das Damas*. Edição crítica de Maria de Lourdes Crispim. Alfragide (Portugal): Editora Caminho, 2002.